



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 16 | Nº. 30 | Jan./Jun. de 2024

José Aírton de Farias

Universidade Federal Fluminense / UFF.

airtondefarias@yahoo.com

Bombas nas bancas: atentados de extrema-direita contra jornalheiros na abertura da ditadura civil-militar.

RESUMO

Na abertura da ditadura civil-militar, grupos de extrema-direita promoveram diversos atentados à bomba pelo País. Entre os alvos, estiveram as bancas de jornais, acusadas de realizarem propaganda comunista ao venderem jornais da imprensa alternativa. Neste texto, buscamos entender o impacto das representações anticomunistas da extrema-direita para as bancas e mostrar que havia outras práticas dos jornalheiros que desagradavam aos setores contrários à abertura.

Palavras-chave: ditadura civil-militar, terrorismo de extrema-direita, bancas de jornais.

ABSTRACT

At the beginning of the civil-military dictatorship, far-right groups carried out several bomb attacks across the country. Among the targets were newspaper stands, accused of carrying out communist propaganda by selling alternative press newspapers. In this text, we seek to understand the impact of anti-communist representations from the extreme right on newsstands and show that there were other practices by newsagents that displeased sectors opposed to openness.

Keywords: Civil-military dictatorship, right-wing terrorism, newsstands.

Introdução

“(…) Não boto bomba em banca de jornal
Nem em colégio de criança isso eu não
faço não
E não protejo general de dez estrelas
Que fica atrás da mesa com o cu na mão”.
Faroeste Caboclo – Legião
urbana¹

Talvez hoje passe despercebida, a muitos que escutam a música Faroeste Caboclo, a menção que se faz sobre “botar bomba” em “banca de jornal”. É uma referência direta aos atentados terroristas², realizados por extremistas de direita, em vários locais do País, no final dos anos 1970, quando Renato Russo compôs a letra. Tais ataques visavam tumultuar e barrar o processo de abertura da ditadura civil-militar, que aos trancos, acontecia à época.

Nas memórias e produções historiográficas, acadêmicas ou não, as quais abordam a distensão/abertura da ditadura civil-militar, enfatiza-se, geralmente, que as ameaças e ataques às bancas foram uma retaliação da extrema-direita à venda de publicações da chamada imprensa alternativa ou nanica (Kucinski, 2018, p. 11). Buscamos neste artigo melhor entender esse aspecto e ampliar a perspectiva, buscando mostrar que, para além da negociação de jornais alternativos, as bancas apresentavam peculiaridades outras que incomodavam a conservadores, militares e grupos contrários à flexibilização da ditadura³.

Comunismo nas bancas

¹ <https://www.letras.mus.br/legiao-urbana/22492/> Acesso a 25/05/2023.

² Não há consenso e nenhuma definição pode abarcar todas as variedades do que se entendeu como terrorismo ao longo da história. Na atualidade, embora ainda haja discussões, tende-se a associar o terrorismo a grupos não-estatais que recorrem ao uso sistemático, ou ameaça do uso, da violência contra pessoas ou coisas, com fins políticos, na intenção de derrubar, pressionar ou desestabilizar um governo (Bonanate, 2004, p. 1242).

³ Para fins didáticos, usamos aqui as expressões “flexibilização”, “liberalização”, “distensão” e “abertura” da ditadura civil-militar como sinônimo, no sentido de designar ao processo político ocorrido entre 1974 e 1985 e redundaria na posterior democratização do País. Observe-se que a historiografia, tradicionalmente, divide esse período em dois momentos. Tem-se o da “distensão”, para se referir ao intervalo no qual governou Geisel (1974-79), com medidas de descompressão do regime, e o da “abertura” (1979-85), no qual o País apresentou João Figueiredo na presidência e o processo político de democratização se incrementou. Ressalte-se que havia uma oscilação entre o emprego dos termos “distensão” e “abertura” pelos agentes históricos do período, termos usados indistintamente, por vezes, e essa subdivisão didática não pode ser pensada de forma fechada (MOTTA, 2021, p. 246).

O processo de distensão da ditadura civil-militar foi entendido por certos segmentos conservadores, fossem civis ou militares, como um risco à segurança nacional, pois poderia levar à “comunização” do País (Farias, 2023). Setores da caserna, genericamente chamados de “militares duros”, fincados em tradicionais representações anticomunistas (Motta, 2002), entendiam que a abertura política franqueava espaços para a atuação do inimigo vermelho que, com projetos secretos de conquista do poder institucional, se infiltrava em setores diversos da sociedade. Assim, as posições críticas ante os governos dos generais, que setores da Igreja católica, imprensa e entidades representativas, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), passaram a ter, a partir da segunda metade dos anos 70, seriam sinais da presença e artimanha dos comunistas. Em seus planos de tomada do poder, os “subversivos” buscariam minar a credibilidade das autoridades, incentivando o antagonismo e o conflitos sociais e destruindo os valores da Pátria, família e religião.

Isso acabou envolvendo diretamente as bancas de jornais. Houve nos anos 1970 e 1980 um boom do mercado editorial brasileiro, em virtude do aperfeiçoamento tecnológico, melhoria no sistema de distribuição e expansão dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural. Verificou-se um destacável crescimento da produção de livros, revistas e jornais. Publicações, com temáticas as mais diversas, chegavam às bancas de todo o País, consumidas por um público composto, sobretudo, pelos setores de classe média (Ortiz, 2014, p. 119). As vendas de muitas dessas publicações, especialmente as de teor político e erótico/pornográfico, acabaram se tornando um dos motivadores para grupos de extrema-direita elegerem os jornalheiros como alvos de suas bombas.

Nas representações dos extremistas, as revistas eróticas serviam aos projetos de poder dos comunistas, por corromper a boa moral da sociedade. Já os jornais alternativos não passariam de propaganda subversiva, franqueada pela diminuição da censura ocorrida com a distensão/abertura política. Embora sejam aspectos interligados, do elemento moral, envolvendo as revistas eróticas, trataremos em outra oportunidade. Neste artigo, focaremos no elemento político, entenda-se, o anticomunismo da extrema-direita, como um vetor para as ações terroristas contra os jornalheiros.

Extremistas e grupos de extrema-direita, a exemplo de Falange Pátria Nova, Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Movimento Anticomunista (MAC), Comando Delta, entre outros, entendiam que jornais como Movimento, Pasquim, Em Tempo, Opinião, Mutirão, etc. eram publicações comunistas, meios de propagação da subversão e de ataques à ordem social e política, isso quando não traziam igualmente “imoralidades”, como fotos de nádegas e seios ou abordavam temas como homossexualidade, liberdade sexual, etc.

No “Manifesto ao Povo Brasileiro”, de setembro de 1980, a autodenominada Falange Pátria Nova negou a autoria dos ataques a bombas contra as sedes da OAB e da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ocorridos dias antes, assumindo, porém, os atentados contra as bancas de jornais. No texto, o grupo explicou o porquê de os jornalheiros serem alvos de suas ações:

Nossos ataques às bancas de jornais visavam não à pessoa física de seus proprietários, mas impedir a venda dos jornais da imprensa alternativa, verdadeiros veículos de transmissão das ideias comunistas. Não sabemos por que os órgãos de segurança não atuam contra as organizações comunistas que procuram, agora ostensivamente, derrubar o regime e implantar o socialismo e a ditadura do proletariado⁴.

Apresentando um sentido parecido, em Passo Fundo-RS, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) enviou carta com ameaças e em tom de ironias ao jornalista Aldrian Ramirez:

(...) Temos grande prazer em informar ao Sr. que o CCC (Comando de Caças aos Comunistas) está organizado em Passo Fundo e Erechim.

A banca de revistas de sua propriedade vende jornalecos de cunho comunista. Nós estamos avisando para o senhor parar de vender os seguintes jornais: PASQUIM, COOJORNAL, VERSUS, MOVIMENTO, EM TEMPO.

Nós temos a certeza que o Sr. vai acatar as decisões do CC, porque como já é de conhecimento de todos a gente não brinca e a sua banca pode explodir a qualquer momento.

Nós não admitimos os comunistas.

Nós não admitimos bancas que vendem jornal comunista; e o Sr. vende...

⁴ Manifesto ao povo Brasileiro, da Falange Pátria Nova, relatório de Informação nº 013/ASI/SUNAB, de 2 de setembro de 1980, anexado ao Encaminhamento nº 118/80/SICI/DSI/SEPLAN/BR, de 4 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80010141_d0001de0001. Acesso 29/10/2021. Disponível também em Tribuna da imprensa, 02/09/1980.

Este é apenas um aviso, depois partiremos para a represália⁵.

Os radicais de direita superdimensionavam o real, buscando bases para fundamentar representações anticomunistas e crenças acerca de um perigo vermelho à espreita. No fundo, tratava-se de autoritarismo, da dificuldade de conviver com outros valores, ideologias ou comportamentos, em um momento que a ditadura se flexibilizava. Como disse o cineasta Geraldo Sobral Rocha à época, o que os extremistas faziam contra a imprensa nanica e as bancas era uma “censura armada”⁶. O Jornal do Brasil chegou a afirmar, em editorial, que os terroristas desejavam “restaurar a censura pelo fogo”⁷.

A imprensa alternativa acabou sendo um dos principais espaços da reorganização política e ideológico das esquerdas, especialmente após o fracasso da luta armada (Kucinski, 2018, p. 15), uma esquerda, não custa lembrar, que no final dos anos 70 e começo dos 80, estava dando maior atenção a novas bandeiras sociais, como as que envolviam os movimentos de mulheres, negros, indígenas, homossexuais, etc. (Araújo, 2000). Não surpreende, portanto, que existissem nanicos voltados para questões artísticas, étnicas e comportamentais, a exemplo de o Lampião da Esquina, dirigido à comunidade gay (Quinalha, 2021), embora também não deixassem de realizar a crítica ao regime (Kucinski, 2018, p. 13). Sendo geralmente de esquerda, os jornais alternativos apresentavam muitas tendências políticas, e não apenas comunistas, sem falar das disputas que travavam entre si, o que provocava várias dissidências e duras rupturas políticas e editoriais (Kucinski, 2018, p. 15). Com tantas disputas e divisões, falta fundamento à assertiva de que esses jornais estivessem mancomunados em um bem articulado e secreto projeto de difusão do marxismo e tomada do governo.

Há de se considerar ainda que boa parte dos periódicos nanicos, como diz Bernardo Kucinski (2018, p. 172 e seguintes), se encontravam em crise naquele começo de 1980 e apresentavam tiragens já não tão expressivas, sendo considerável o encalhe nas bancas. Tinham um público leitor restrito, geralmente pessoas já ideologicamente à esquerda e opositoras do regime, militantes e

⁵ Informe do SNI nº 091/116/APA/80, sobre a atuação do Comando de Caça aos Comunistas no Rio Grande do Sul, de 25 de agosto de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_80001661_d0001de0001 Acesso a 29/10/2020.

⁶ Jornal de Brasília, 1º/08/1980.

⁷ Jornal do Brasil, 05/8/1980.

simpatizantes de uma causa, partido ou grupo político. Ou seja, o alcance da imprensa alternativa, para além do campo da esquerda, era limitado. Assim, ver os periódicos alternativos como uma poderosa forma de doutrinação comunista da sociedade, como pregavam os grupos conservadores, parece também uma tese sem fundamento, mesmo porque os jornais da grande imprensa vendiam bem mais.

Ironicamente, um efeito colateral das ameaças e atos terroristas foi o de dar publicidade para os jornais nanicos, em virtude da repercussão negativa advinda com a tentativa violenta de impedir suas vendas e da divulgação obtida pelos mesmos na imprensa comercial. Pode-se dizer que houve um efeito parecido com o das medidas da censura oficial contra produções artísticas e políticas (Fico, 2002, p. 276): o ato de impedir a circulação dos jornais tornou-se mais relevante que a qualidade ou o conteúdo dos mesmos. Ou seja, muitas pessoas passaram a prestar atenção, a conhecer e a procurar os tabloides da imprensa alternativa em virtude dos próprios atentados, algumas por curiosidade, para saber dos conteúdos dos jornais, outras por solidariedade, em um momento de consenso da sociedade e mobilização em torno da democracia (Cordeiro, 2015).

Não por coincidência, as bancas que persistiram negociando os jornais tiveram um salto nas vendagens. Em Brasília, após as primeiras ameaças da Falange Pátria Nova, em fins de julho e começo de agosto de 1980, muitos donos de bancas decidiram não suspender a venda dos alternativos, os quais tiveram um aumento na procura, conforme noticiou o *Correio Braziliense*⁸. Apenas após o dia 12 de agosto, quando foi incendiada a primeira banca na cidade, a Disneylândia, que os jornalheiros deixaram de negociar os periódicos.

Em Belém do Pará duas bancas foram alvos de atentados, no final de abril de 1981⁹. Logo os jornalheiros pararam de vender os jornais alternativos. A única exceção foi a banca de dona Hilma Lima, situada na Avenida Presidente Vargas. Indagada pela imprensa o motivo de persistir nas vendas, Hilma Lima, mostrando-se pragmática e irônica, justificou-se, afirmando que “as bombas aumentaram as vendas desses jornais. Se quem joga bombas soubesse a

⁸ *Correio Braziliense*, 03/08/1980.

⁹ A 28 de abril de 1981, duas bancas foram alvos de ataques em Belém, por parte da Falange Pátria Nova. Em uma delas, foram deixadas cópias fotocopiadas do seguinte bilhete: “Você vendendo jornais comunistas tornou-se nosso inimigo. A prova aí está e vem mais. Falange Pátria Nova”. *O Povo*, 29/04/1981.

propaganda que está fazendo dos jornais que combate, não soltaria mais nem um foguetinho de São João”, disse, completando que “aqui eu vendo tudo e vou continuar vendendo”¹⁰.

Esses casos, porém, não podem ser superdimensionados, pois, no geral, os jornalistas, assustados, deixaram de expor e negociar os periódicos da imprensa alternativa. Sem a negociação direta nas bancas, dificultou-se o acesso aos jornais por parte do círculo fiel de leitores de esquerda, incrementando a queda nas vendas. Segundo a revista *Veja*, no início de agosto de 1980, as publicações alternativas, que conseguiram contabilizar suas perdas, acusaram um decréscimo, em média, de 50% nas vendas¹¹. Isso contribuiria para agravar a crise pela qual passava a imprensa nanica – vários dos periódicos deixariam de circular em 1980 e 1981 (Kucinski, 2018, p. 174). Embora já ocorressem atentados à imprensa alternativa desde, pelo menos, 1977, as intimidações e ataques contra as bancas, tendo como intenção impedir a venda dos jornais nanicos, deu-se, sobretudo, a partir de junho de 1980, atingindo o apogeu em agosto e se estendendo ainda por setembro. Para se ter dimensão da onda intimidatória, no Rio de Janeiro, das 5 mil bancas existentes no estado, cerca de 2 mil haviam recebido panfletos e ameaças, no início de agosto, segundo o Sindicato dos Jornalistas¹².

Não se sabe o número exato de ameaças e atentados contra esses estabelecimentos, devido à falta de registros. Documento do SNI¹³ acerca dos atentados terroristas cita alguns poucos casos e catalogamos outros para esta pesquisa, baseando-se em jornais e informes das autoridades. Constatamos que a grande imprensa, nas primeiras semanas após o início das intimidações, não deu atenção aos episódios e quando passou a fazê-lo, muitas vezes, abordou de forma vaga e genérica as ameaças, sem especificar as bancas. Jornalistas foram ameaçados mais de uma vez e, muito provavelmente, houve casos que não chegaram ao conhecimento dos veículos de comunicação e das autoridades

¹⁰ *Jornal do Brasil*, 30/04/1981.

¹¹ *Veja*, 06/08/1980. Segundo *O Povo*, o *Pasquim*, que vendia cerca de 14 mil exemplares em São Paulo, passou a vender a metade, pois os donos de bancas pararam de retirar o periódico da distribuidora. *O Povo*, 29/07/1980. Na primeira semana de agosto, o *Hora do Povo* teve um prejuízo de 400 mil cruzeiros. *Isto É*, 06/08/1980.

¹² *Tribuna da Imprensa*, 4/8/1980.

¹³ “Atos terroristas ocorridos no Brasil”. 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_87063851_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

ou sequer foram noticiados ou registrados. Ocorreram, ainda, episódios de diversas bancas que, embora não tenham sido incendiadas, tiveram seus cadeados e fechaduras vedados com “cola maluca”, cola de cimento e limalha de ferro, como aconteceu em Brasília¹⁴ e Rio de Janeiro¹⁵, o que não deixa de serem atentados também.

Conforme as fontes, catalogamos 23 casos, com 21 bancas incendiadas, destruídas total ou parcialmente, e duas tentativas frustradas de incêndio¹⁶, entre julho de 1980 e julho de 1981. A maioria dos ataques, um número de 14 casos, se concentrou em julho (quatro) e agosto (dez), no que Bernardo Kucinski chamou de campanha contra as bancas. A partir de setembro, o número de ataques (três) caiu bastante, havendo ainda um caso em dezembro. Em 1981, tivemos registro de apenas cinco atos terroristas contra bancas, três deles em abril, antes das bombas ao Riocentro, o que poderia significar tratar-se de casos isolados (ocorreram em Belo Horizonte e Belém) ou, talvez, uma retomada desse tipo de atentados, tentativa logo abortada, em virtude do impacto negativo para a extrema-direita do que aconteceu no Centro de Eventos da capital fluminense. Também contabilizamos ataques a livrarias, sobremaneira, em 1980¹⁷.

Geralmente, os ataques às bancas ocorriam à noite, conforme o *modus operandis* da extrema-direita verificada em outros atentados. As ameaças aconteciam por meio de cartas e telefonemas anônimos, quando não eram deixados ou afixados nas bancas, também de madrugada, bilhetes ou panfletos intimidatórios. As cartas e os panfletos poderiam até serem apócrifos, ou seja, não eram assinados ou assumidos pelos grupos terroristas que já estavam praticando atentados, um sinal que talvez se tratassem de ações isoladas de algum extremista ou de um pequeno número deles, influenciados pela onda de atentados em voga e dando sua contribuição no “combate à ameaça comunista”.

¹⁴ Tribuna da Imprensa, 2-3/08/1980; Correio Braziliense, 03/08/1980; Jornal do Brasil, 13/08/1980. Bancas em Niterói tiveram seus cadeados vedados também por cola sintética. Tribuna da Imprensa, 04/08/1980.

¹⁵ Jornal do Brasil, 26/07/1980.

¹⁶ A 22 de agosto de 1980, uma bomba colocada na Praça XV, no Rio de Janeiro, tem o pavio desativado por um policial. Tribuna da Imprensa, 27/08/1980. A 30 de setembro de 1980, dois homens tentaram colocar gasolina e uma banana de dinamite na banca do Batel, em Curitiba, mas fugiram com a chegada de um vigia. Tribuna da Imprensa, 1º/10/1980, 03/10/1980.

¹⁷ Levantamos casos de ataques às livrarias Jinkigns (Belém), em 1979, e Capitu, Kairos e Livramento (São Paulo), Nova Salete (Recife) e Nova Maira (Manaus) e ameaças a Combate Socialista (Porto Alegre) e Sódiler (Brasília), em 1980. Observe-se que os atentados contra as livrarias de São Paulo aconteceram em abril de 1980, portanto, antes da “campanha contra as bancas de jornais”.

Um dos primeiros locais em que se verificaram as cominações foi Belo Horizonte, desde o fim de junho de 1980, pelo menos, havendo, inclusive, ameaças de destruição da sede do Sindicato dos Vendedores e Distribuidores de revistas e jornais da cidade¹⁸. Ao que consta, os panfletos intimidatórios, a princípio, não foram levados a sério pelos jornalheiros, os quais, porém, mudaram de postura após extremistas de direita realizarem várias pichações anticomunistas e explodirem uma bomba no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (Casa do Jornalista), a 27 de junho¹⁹. Assim, quando uma nova leva de panfletos foi deixada nas bancas, renovando as ameaças, não poucos proprietários pararam de negociar ou expor os alternativos. Entre a primeira e a segunda semana de julho de 1980, os grandes jornais, que até então não haviam dado atenção ao assunto, começaram a noticiar as intimidações que sofriam os jornalheiros. Um deles foi o carioca Tribuna da Imprensa²⁰ que, a 11 daquele mês, veiculou matéria na qual citava os panfletos advertindo as bancas de Belo Horizonte sobre a venda de “jornais comunistas”.

Um relatório da agência do SNI de Belo Horizonte trouxe, em anexo, cópias dos panfletos, geralmente reproduzidos por meio de fotocópias. Em um dos papéis, há o desenho de uma mulher, simbolizando a morte e abraçando a figura de um jovem e maltrapilho gazeteiro, ou seja, um vendedor ambulante de jornais que, por direito a uma pequena comissão, pegava os periódicos nas bancas ou nas distribuidoras, para vendê-los em semáforos, ruas, etc. Muitos dos gazeteiros eram jovens, alguns, adolescentes, e havia uma discussão se esse tipo de atividade não se constituía uma exploração do trabalho infantil (Chagas, 2013). A referência, pelos extremistas, a um gazeteiro, mal vestido, não deixava, portanto, de ser uma estocada nos donos de bancas. No panfleto, o gazeteiro levava a mão direita ao rosto, dando a entender que estava assustado, apresentando, na outra mão, o exemplar de um jornal, no qual aparecia uma foice e um martelo. A seus pés, uma pilha de jornais, que também apresentavam o tradicional símbolo dos comunistas. Por todo o panfleto, nomes de jornais

¹⁸ Tribuna da Imprensa, 11/07/1980.

¹⁹ Jornal do Brasil, 28/06/1980; Folha de São Paulo, 28/06/1980. Entre as inscrições frases como “casa dos comunistas”, “hora é chegada, fora, fora comunistas”, “este é um aviso à imprensa comunista” e “viva o papa anticomunista”.

²⁰ Tribuna da Imprensa, 11/07/1980.

alternativos e, na parte de baixo, o desenho de três bananas de dinamites, com pavios ligados, e uma frase ameaçadora: “Cuidado, teu pavio já está aceso...”²¹.

No mesmo relatório do SNI, há ainda a reprodução de um outro panfleto deixado pelos extremistas em Belo Horizonte, com um texto intimidatório datilografado, no qual se lê:

Senhor jornalista: o senhor, talvez sem saber, vem colaborando para o aumento da propaganda comunista em nossa pátria, ao vender alguns, senão todos, dos jornais abaixo relacionados. Estes jornais divulgam ideias comunistas contrárias à moral e aos desejos do povo brasileiro. Exigimos, portanto, que o senhor pare imediatamente de vender estes jornais em sua banca para que não sejamos obrigados a tomar medidas drásticas. Relação dos jornais comunistas: Hora do Povo, Movimento, Companheiro, Voz da Unidade, O Trabalho, Tribuna da Luta Operária, O Pasquim, Em Tempo, Correio Sindical, Coojornal, O Repórter e Convergência Socialista²².

Logo bancas de outras cidades do Brasil passaram a também serem ameaçadas, inclusive, com a reprodução idêntica dos panfletos e bilhetes. Nota do Sindicatos dos Jornalistas de Brasília, de meados de julho, afirmava que bancas estavam sendo ameaçadas em Minas Gerais, Paraná, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro²³. O texto dos terroristas de Belo Horizonte, citado acima, circulou em Curitiba, conforme denúncia, de 11 de julho, do Comitê Brasileiro pela Anistia²⁴. O panfleto com o desenho da morte abraçando o jornalista foi reproduzido igualmente em Brasília²⁵. Essas reproduções dos textos e dos métodos de intimidação podem ser mais uma evidência de como os extremistas de áreas distintas se influenciavam e copiavam os modos de agir uns dos outros, sem que houvesse uma organização única dos mesmos ou um plano articulado nacionalmente de ataques (Farias, 2021).

“Comunista é capaz de tudo”

²¹ Encaminhamento nº 018/116/ABH/80, “Atividades subversivas – ameaças aos jornalheiros de Belo Horizonte”, de 17 de julho de 1980. Arquivo Nacional. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ooo_80001878_d0001de0001, Acesso a 04/01/2023. O panfleto também foi reproduzido em Isto É, 23/07/1980.

²² Encaminhamento nº 018/116/ABH/80, “Atividades subversivas – ameaças aos jornalheiros de Belo Horizonte”, de 17 de julho de 1980. Arquivo Nacional. Notação br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ooo_80001878_d0001de0001, Acesso a 04/01/2023.

²³ Tribuna da Imprensa, 17/07/1980.esqui

²⁴ Jornal do Brasil, 12/07/1980.

²⁵ O Povo, 14/07/1980.

Não tardou para as ameaças se concretizarem, demonstrando a tendência a atos cada vez mais radicais e impactantes por parte dos extremistas. A 16 de julho de 1980, a banca do senhor José Alves Ribeiro, situada no centro de Belo Horizonte, na esquina da rua Curitiba com Tupinambás, foi totalmente destruída por um incêndio, possivelmente provocado por gasolina ou álcool. “Cheguei para abrir a banca às 5 para 7 horas e só encontrei cinzas”, afirmou, desolado, o jornalista²⁶. Ante as ameaças, o governo mineiro havia aumentado o policiamento nas proximidades das bancas, mas a medida, como se percebe, se mostrou ineficaz. Da mesma forma como se dera com outros alvos, o ataque à banca de José Alves Ribeiro aconteceu pela madrugada e não houve testemunhas – pelo menos, não que se dispusessem a falar alguma coisa, tal o medo provocado pela onda terrorista. O estabelecimento de José Alves Ribeiro foi completamente destruído, dando-lhe um prejuízo de 400 mil cruzeiros²⁷. Nos dias seguintes, ainda em julho, bancas seriam incendiadas em Londrina²⁸, São Paulo²⁹ e Rio de Janeiro³⁰. Em agosto, os incêndios se intensificaram, com ataques a jornaleiros no Rio de Janeiro³¹, Niterói³², Fortaleza³³, Santa Rosa³⁴ e Brasília³⁵. Algumas das bancas atacadas sofriam apenas danos parciais, enquanto outras eram inteiramente carbonizadas, como a de João Carlos dos Santos, em Santa Rosa, a 523 km de Porto Alegre³⁶.

²⁶ Tribuna da Imprensa, 17/07/1980

²⁷ Folha de São Paulo, 18/07/1980; Jornal do Brasil, 02/08/1980, 05/08/1980; Tribuna da Imprensa, 17/07/1980; Isto É, 23/07/1980.

²⁸ A 21 de julho de 1980, foi incendiada a banca de Wesceslau Justiniano Vieira. Jornal do Brasil, 23/07/1980.

²⁹ A 21 de julho de 1980, ocorre o incêndio e destruição de banca de Pedro Favali Filho, na Rua Joaquim Floriano, no bairro de Itaim. Jornal do Brasil, 22/07/1980.

³⁰ A 25 de julho de 1980, explosão e princípio de incêndio, com danos parciais, na banca na Praça do Patriarca, em Madureira, pertencente a Filomeno Amato. Jornal do Brasil, 26/07/1980;

³¹ A 2 de agosto, incêndio das bancas de Francisco Sciammarela, nas Laranjeiras, e de Pasquali Bossilo, no centro. Uma outra banca no bairro de Castelo, cujo proprietário não foi identificado, também foi atacada no mesmo dia. Jornal do Brasil, 03/08/1980. A 22 de agosto, há uma tentativa frustrada de explodir uma bomba em uma das bancas da Praça XV. Tribuna da Imprensa, 27/08/1980.

³² Explosão de bomba em banca de jornal no bairro de Ingá. Jornal do Brasil, 04/08/1980.

³³ Coquetéis molotovs são lançados contra bancas das Praças da Parquelândia e da Parangaba. Tribuna do Ceará, 12/08/1980.

³⁴ A 12 de agosto, uma bomba explode na distribuidora de jornais e revistas pertencente a João Carlos Batista dos Santos. Jornal do Brasil, 13/08/1980.

³⁵ A 12 de agosto, explosão da banca Disneylândia, pertencente a Eunio Ney Teixeira. Jornal do Brasil, 13/08/1980. No dia 22, explosão da banca “Tadeu”, de Rita Malair Credmann e Samuel Credmann. Jornal do Brasil, 23/08/1980.

³⁶ Isto É, 20/08/1980.

Jornaleiros, dos mais diversos pontos do País, após os incêndios das primeiras bancas, tendo ou não recebido cartas e telefonemas com ameaças, passaram a recusar os jornais alternativos (Kucinski, 2018, p. 173), o mesmo ocorrendo com as distribuidoras de publicações, as quais também receberam admoestações³⁷. Segundo matéria do Jornal do Brasil, no início de agosto de 1980, pouco mais de duas semanas após o primeiro ataque, das cerca de 700 bancas de Belo Horizonte, apenas 10 continuavam vendendo os jornais alternativos³⁸. Tal o pânico e a sensação de insegurança que os proprietários das bancas começaram a afixar cartazes, bem visíveis, informando que não negociavam mais as publicações “proibidas”. Foi assim que agiu o jornaleiro Paulo Marinho Dias, da Avenida Faria Lima, em São Paulo, em cuja banca colocou dois cartazes: “Atenção: não estamos vendendo mais os jornais que foram pedidos para não vender” e “Àqueles (sic) que estão incendiando bancas de jornais: não estamos mais vendendo as publicações da imprensa alternativa que constam da lista distribuída durante a madrugada às bancas de jornais”³⁹.

Como os lucros da venda dos jornais alternativos eram pequenos e o público que os procurava, diminuto, não valia o risco, para os proprietários das bancas, contrariar os extremistas. Afirmou o Jornal de Brasília:

Grande parte dos jornalheiros da Asa Sul [de Brasília] não está mais vendendo Movimento, Pasquim, Hora do Povo, entre outros periódicos. A maioria retirou totalmente estes jornais da vitrine de exposição com receio de atentados. A venda de jornais é responsável por quase 40% do lucro das bancas, os outros 60% são retirados da venda de revistas e outras publicações. A imprensa alternativa oferece pouco lucro, pois sua venda é mais restrita”⁴⁰.

Houve casos de bancas que não receberam ameaça alguma antes de serem atacadas, o que, obviamente, fazia aumentar ainda o pânico e o sentimento de insegurança dos jornalheiros. Havia aí, possivelmente, uma espécie de pedagogia do medo: qualquer banca que dispusesse dos alternativos, independente de

³⁷ Em Pelotas-RS, a empresa Bandeira Distribuidora de Publicações Ltda recebeu carta com ameaças do CCC. Informe nº 22-115/80_SI/SR/DPF/RS, de 9 de setembro de 1980, Cartas contendo ameaças, atentados a bomba, incêndios, atividades de organizações terroristas. Arquivo Nacional. Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008285_d0001de0001 Acesso a 29/10/2020.

³⁸ Jornal do Brasil, 05/08/1980.

³⁹ Jornal do Brasil, 26/07/1980. Isto É, 06/08/1980.

⁴⁰ Jornal de Brasília, 13/08/1980.

receber alerta ou não, estava na mira das bombas. Foi o caso da banca situada na Rua Gago Coutinho, no bairro carioca de Laranjeiras, atacada a 2 de agosto de 1980. O estabelecimento pertencia a Pascoal Bócio, que afirmou à imprensa não ter recebido nenhuma ameaça nos dias anteriores e sequer saber quais jornais “não deveriam mais ser vendidos”⁴¹.

Para mostrar resistência política à extrema-direita terrorista, editores da imprensa nanica e pessoas ligadas aos movimentos sociais articularam campanhas de apoio de solidariedade aos jornaleiros, inclusive, com a arrecadação de fundos para os que tiveram as bancas destruídas⁴². Era uma forma de também garantir o apoio da categoria, muito importante para a distribuição dos jornais alternativos e que apresentava certa ligação política com a esquerda, conforme veremos adiante. Mesmo assim, a quantidade de bancas que deixaram de negociar as publicações foi expressiva. Para tentar contornar o problema, buscou-se organizar pontos alternativos de vendas, o que, ao que parece, não surtiu maiores impactos – uma coisa é comprar um jornal em bancas, situadas em diversos e bem localizados pontos de uma cidade; outra é se deslocar para um local específico para fazer a aquisição. Os jornais passaram a ser negociados em sindicatos, igrejas, centros acadêmicos, universidades, associações de bairro, portas de fábricas, etc. quando não eram levados por militantes para serem vendidos em logradouros e nas manifestações públicas das oposições, que comumente aconteciam no período⁴³. Os estudantes da Universidade Metodista de Piracicaba, por exemplo, montaram uma banca no Campus de Taquaral para vender os jornais alternativos. O presidente do DCE da Universidade Metodista, Adelmo Alves Lindo, afirmou que a iniciativa era “uma resposta à omissão do governo diante dos atentados”⁴⁴.

Mesmo nesses casos, as intimidações continuaram, fosse dos terroristas e/ou da própria ditadura e seus agentes. Em Belo Horizonte, o prefeito Maurício Campos proibiu a venda de alternativos em logradouros, argumentando que a legislação só permitia esse tipo de comércio em bancas e por jornaleiros

⁴¹ Jornal do Brasil, 3/08/1980.

⁴² O comitê de jornais alternativos chegou a arrecadar 800 mil cruzeiros para ajudar os jornaleiros que tiveram seus estabelecimentos incendiados. Isto É, 6 / 08/ 1980.

⁴³ Isto É, 06/08/1980.

⁴⁴ Jornal do Brasil, 13/08/1980.

autorizados⁴⁵. Policiais do DOPS e fiscais da prefeitura tentaram impedir que estudantes vendessem os jornais na Praça Sete, no centro da cidade. Foi feito, porém, um acordo: as vendas poderiam acontecer, desde que os estudantes parassem com os discursos contra o governo, sinal que a questão não era a licença para as vendas dos alternativos mas as críticas realizadas ao regime⁴⁶. Em Santos, um delegado ameaçou estudantes com um revólver em punho, jogando no chão e pisando em exemplares do Preto no Branco, jornal alternativo que vendiam⁴⁷. Em Fortaleza, o Sindicato dos Jornalistas do Ceará recebeu ameaças de ser depredado ou explodido caso cedesse suas dependências para a venda dos nanicos⁴⁸.

Parte dos segmentos conservadores, da mesma forma que em relação a outros alvos de atentados, colocava em dúvida se os ataques às bancas seriam de autoria da extrema-direita. O jornalista de Correio do Ceará, Themístocles de Castro e Silva, sem apontar nenhuma evidência, acusou, em sua coluna diária no periódico, as esquerdas de serem responsáveis pelos ataques às bancas, “para vender seus jornais”. A imprensa alternativa, tachada pelo colunista de “cretina, mentirosa e ligada ao Partido Comunista”, precisaria de promoção para melhorar as vendas de seus “jornalecos”, daí ter passado a promover os atentados. Chamou de “patrulha ideológica” as manifestações da grande imprensa, especialmente o noticioso televisivo Jornal Nacional, da TV Globo, que buscava apurar, na estrutura de repressão do regime, os responsáveis pelos ataques. Para o jornalista cearense, fora a abertura política que libertara os “verdadeiros terroristas”, ao anistiar os militantes de esquerda e permitir o retorno dos exilados⁴⁹. Os comunistas estavam se aproveitando da situação para “se passar por vítimas”⁵⁰. Alertava que “Ninguém se iluda: comunista é capaz de tudo”⁵¹.

Bancas para além de jornais e revistas

⁴⁵ Jornal do Brasil, 06/08/1980.

⁴⁶ Jornal do Brasil, 06/08/1980.

⁴⁷ Preto no branco nº 12, 31/7 – 30/08/1980.

⁴⁸ Tribuna do Ceará, 08/08/1980

⁴⁹ Correio do Ceará, 14/08/1980.

⁵⁰ Correio do Ceará, 03/09/1980.

⁵¹ Correio do Ceará, 05/08/1980.

A onda de ataques terroristas não significou que as bancas tenham cessado completamente as vendas dos jornais alternativos. Apesar dos riscos e do medo dos atentados e ameaças da extrema-direita, uma tática usada por jornaleiros foi a de evitar expor os periódicos nas prateleiras, deixando-os “atrás do balcão” e só os disponibilizando para os fregueses conhecidos⁵². Como havia uma espécie de clientela fiel à imprensa nanica, ela que indagava aos jornaleiros sobre as publicações⁵³.

Poderia haver distintas razões para os jornaleiros insistirem em negociar os jornais, motivações que se sobrepunham, não raro. Uns visavam a continuar atendendo a seus fregueses e/ou obter algum ganho financeiro maior. Como diz Viktor Chagas (2013, p. 220), no ramo das bancas, os jornaleiros traçam estratégias a fim de se diferenciarem uns dos outros, buscando ofertar publicações mais especializadas para um perfil de consumidor não atingindo pela concorrência. Assim, mesmo que os dividendos financeiros com a vendagem não fossem tão elevados, era possível auferir maiores lucros com a comercialização em quantidade dos jornais alternativos, visto que bancas concorrentes pararam de disponibilizar esse tipo de publicações.

No Rio de Janeiro, mesmo após a explosão de uma banca em Madureira, um jornaleiro do mesmo bairro, cujo estabelecimento situava-se na esquina das ruas Carolina Machado com Francisco Batista, afirmou que continuaria vendendo todos os jornais. “Tudo é comércio e precisamos vender”, afirmou ele, cujo nome não foi exposto pela imprensa⁵⁴. O jornaleiro fortalezense Francisco Pereira, por nós entrevistado para esta pesquisa, afirmou que:

A gente tinha consciência que aqueles jornais criticavam o governo, batiam na ditadura. Claro, a gente queria os jornais para vender para nossa clientela, havia gente que comprava esses jornais. Mas a gente vendia, mesmo sabendo que essa postura desagradava muita gente e trazia riscos. (...) Mas é a clientela, são as vendas que fazem a banca sobreviver. Se tem cliente para comprar, eu tenho que vender⁵⁵.

⁵² Jornal do Brasil, 26/07/1980.

⁵³ Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornaleiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020.

⁵⁴ Jornal do Brasil, 27/07/1980. O nome do jornaleiro não foi identificado na matéria.

⁵⁵ Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornaleiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020.

Outros jornalheiros buscavam manter os periódicos em suas bancas como forma de resistência e apego à causa democrática e/ou afinidade ideológica, tal como ocorria com diversos outros setores da sociedade, os quais defendiam o fim da ditadura e não aceitavam se curvar aos que defendiam a manutenção do regime. Por mais que se interessassem em disponibilizar os periódicos como produtos na intenção de auferir lucros, havia a possibilidade de um jornalheiro, simplesmente, recusar a venda das publicações da imprensa alternativa⁵⁶. Tanto o era que havia bancas as quais, antes mesmo da onda terrorista, não negociavam este tipo de publicações, por posições políticas conservadoras do dono ou por temores de desagradar clientes ou de ser vítima de algum arbítrio da ditadura, conforme contou-nos Francisco Pereira. Assim, para muitos jornalheiros, expor e negociar os jornais constituíam-se formas de dizer “não” ao regime e, com a onda terrorista, rejeitar a violência e a “censura armada” da extrema-direita. Em outros termos, negociar a imprensa alternativa não deixava de ser assumir também certo posicionamento político.

A pesquisadora Lúcia Tormin Mollo (2022) mostrou-nos como muitos livreiros apresentavam laços com pensamentos à esquerda e/ou de oposição à ditadura, inclusive, com suas livrarias sendo alvos da espionagem e da repressão por parte de agentes do governo dos generais. Constatamos que, sem cair em generalizações, pode ter havido algo parecido no que toca a alguns jornalheiros. Em novembro de 1980, a revista *Isto É*, ainda que sem apontar de onde obteve a informação, afirmou que muitas das bancas de jornais de São Paulo seriam de pessoas ligadas ao Partido Comunista ou com posicionamentos ideológicos à esquerda⁵⁷. As manifestações e posturas de alguns jornalheiros, ouvidos pela imprensa na época, parecem corroborar a assertiva da revista ou a tornam verossímil.

Um exemplo é o do senhor José do Patrocínio, proprietário de uma banca na Avenida Guararapes, centro de Recife, que foi o único jornalheiro da área a

⁵⁶ Uma exceção era o Rio de Janeiro. A venda de jornais alternativos, na cidade, havia sido beneficiada com o decreto nº 1601, de 21 de junho de 1978, que em seu artigo 11 obrigava os proprietários de bancas a vender todos os jornais, desde que a venda não fosse proibida em lei. *Jornal do Brasil*, 23/07/1980. <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1978/1601/1601/decreto-n-1601-1978-consolida-as-posturas-municipais-da-cidade-do-rio-de-janeiro-constantas-dos-regulamentos-em-anexo> Acesso a 05/01/2023.

⁵⁷ *Isto É*, 26/11/1980.

continuar disponibilizando os periódicos nanicos quando a onda de ameaças da extrema-direita chegou à capital pernambucana. Em declaração à imprensa, Patrocínio deixou transparecer seus posicionamentos políticos. “Os jornaleros não devem se recusar a vender os jornais alternativos, pois ‘ideias se combatem com ideias e não com bombas. E somos rigorosamente favoráveis à imprensa livre, de qualquer tendência ou feitio”, afirmou⁵⁸.

O responsável pela banca Disneylândia, em Brasília, Eunio Ney Teixeira, após receber as primeiras ameaças da Falange Pátria Nova, igualmente decidiu-se a continuar a negociar os jornais, tendo até sido ouvido e citado em uma matéria do Correio Braziliense sobre o assunto. “(...) Vou vender os jornais alternativos, doa a quem doer”, afirmou ao periódico⁵⁹. Dias depois dessa declaração, a banca Disneylândia foi a primeira a ser incendiada em Brasília, na noite de 12 de agosto de 1980. Chamou-nos a atenção o fato de um documento do SNI⁶⁰, sobre esse atentado, trazer um levantamento de informações sobre Eunio Ney Teixeira, mostrando um “passado subversivo” deste, como que justificando o ato terrorista nas entrelinhas. Esclareça-se, informações de quase duas décadas antes. Segundo o relatório do SNI, o senhor Eunio era pernambucano, formado em medicina, e em 1961, ainda universitário, teria participado do movimento estudantil e sido presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal Rural e Pernambuco, realizando “pregação de processos violentos de subversão da ordem social”.

Apresentando uma postura possivelmente ainda de esquerda ou, pelo menos, de oposição à ditadura, entendendo quão grave para a democratização do País eram as ameaças dos terroristas na conjuntura da abertura, não surpreende a postura do jornalista em continuar negociando os alternativos. Talvez seja apenas coincidência, mas não se pode descartar que um possível conhecimento, da parte de muita gente, dos posicionamentos políticos de seu Eunio e o fato dele ter tido falas reproduzias em um jornal de grande circulação

⁵⁸ Jornal do Brasil, 28/07/1980. Posteriormente, com a intensificação dos ataques e ameaças, o senhor José do Patrocínio se viu obrigado a deixar de vender os alternativos: “Não posso me arriscar. Tenho mulher e três filhos trabalhando nas bancas e eles estão assustados”. Jornal do Brasil, 02/08/1980.

⁵⁹ Correio Braziliense, 03/08/1980.

⁶⁰ Relatório de informação nº 098/16/AC/80, “Explosão de banca em Brasília/DF – Eunio Ney Teixeira, de 14 de agosto de 1980. Arquivo Nacional, Notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_80009728_d0001de0001, Acesso 04/01/2023.

possam ter influenciado na escolha da banca Disneylândia como alvo da Falange Pátria Nova.

Sob esta perspectiva, pode-se pensar como as bancas, de lugares, transformaram-se em espaços, tendo-se em conta as lições de Michel de Certeau⁶¹. Ou seja, de um local destinado, primordialmente, ao comércio de jornais e revistas, as bancas foram transformadas e ressignificadas, conforme as necessidades, experiências e vivência dos indivíduos que ali trabalhavam e/ou frequentavam. Naquele contexto de consenso democrático e atentados terroristas da extrema-direita, viraram espaços também de politização, resistência e crítica à ditadura, dentro dos limites de seu campo de ação.

As antecessoras do que hoje são bancas de jornais começaram a surgir, no Brasil, em fins do século XIX. A profissão de vendedor de jornais nasce, de certa forma, amalgamada com a de vendedor ambulante, tendo-se em conta a venda avulsa de periódicos que se faziam pelas ruas das cidades. No Rio de Janeiro e Niterói, muitos dos jornalheiros e, posteriormente, donos de bancas, pertenciam à colônia italiana, havendo mesmo uma identificação desses imigrantes e seus descendentes com a profissão. Embora não possa se precisar uma data, as antecessoras das atuais bancas teriam sido introduzidas ainda no século XIX, quando os vendedores de jornais passaram a utilizar caixotes de madeira, para apoiar a pilha de publicações impressas que comercializavam. Depois, surgiram estantes e “caixotes de madeira com rodinhas” para negociar os jornais e revistas, posteriormente substituídos por quiosque de madeira, de diversos modelos (geralmente, mesas, descobertas, com algumas prateleiras). Muitos destes estabelecimentos faziam igualmente a venda de bilhetes de loteria e apostas do jogo do bicho. A partir de São Paulo, na segunda metade dos anos 1950, as bancas passaram a ser padronizadas como quiosques de metal. Lei do Rio de Janeiro, de 1967, obrigou-as a serem pintadas “na cor alumínio”, o que

⁶¹ “Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. (...) um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidades polivalentes de programas conflituais ou de proximidade conflituais” (CERTEAU, 2004, p. 202).

virou o padrão para este tipo de estabelecimento no País (CHAGAS, 2013, p. 179).

As bancas geralmente situam-se em locais de grande circulação (esquinas, praças, proximidade de padarias, igrejas, escolas, pontos de ônibus etc.), causando impacto visual, com as publicações coloridas e cuidadosamente expostas visando a atrair a atenção de quem por ali passa. Pode-se dizer que são mesmo elementos da paisagem urbana e pontos de referência geográfica nas cidades. Servem para orientar a localização de algum prédio ou casa, os jornaleiros, não poucas vezes, ajudam os transeuntes quando de dúvidas sobre a localização exata de algum logradouro ou estabelecimento, etc. São até abrigos temporários por ocasião dos dias chuvosos ou de sol forte e ponto de conversa entre vizinhos (Chagas, 2013, p. 18 e 19).

Se a imprensa alternativa, como diz a historiadora Maria Paula Araújo (2000, p. 131 e seguintes), teve sua importância ao permitir reflexões e autocríticas das esquerdas, ensejando a valorização da democracia e contribuindo, pois, para o fim da ditadura, não se deve esquecer que, concretamente, eram por meio das bancas e dos jornaleiros que chegavam os periódicos nancicos aos leitores e militantes. Em outros termos, a banca servia como ponto de circulação e distribuição de periódicos, de um lado, e de mediadora cultural na relação entre a imprensa (tanto a alternativa como a comercial) e o público leitor, de outro (Chagas, 2013, p. 18). Com isso, na banca, o jornaleiro poderia fazer a si e a outros. Por meio do manuseio e da leitura de publicações das mais variadas matizes ideológicas, os jornaleiros entravam em contato com informações diversas, a exemplo daquelas do processo político de distensão/abertura da ditadura, se moldando política e ideologicamente, e participando/contribuindo para a difusão de notícias que possibilitavam a reflexão e a socialização política de outras pessoas⁶².

Nosso entrevistado, Francisco Pereira, que foi um dos fundadores e o primeiro presidente do sindicato dos donos de bancas de Fortaleza, talvez ilustre

⁶² “(...) não se poderia subestimar o papel dos media, em especial audiovisuais, nessa difusão de representações normalizadas que é uma cultura política. Nenhum destes vectores da socialização política procede por doutrinação. Não obstante, a sua multiplicidade proíbe pensar que se exerce sobre um dado indivíduo uma influência exclusiva. A ação é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, a qual é. mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. BERSTEIN, 1998, p. 357).

bem como “esse mundo das bancas”, em suas palavras, pode contribuir para uma maior inserção política:

Isso, o trabalho com revistas e jornais, esse mundo das bancas, ajudou a me politizar, no meu caso, sim. Ao chegar na banca, eu procurava me informar, lia os jornais, me atualizava sobre o que estava acontecendo, embora a gente esteja disposto a absorver tudo aquilo que diz o jornal. A gente tem que procurar por outros meios, outros jornais, outros companheiros, de pessoas mais envolvidas nas questões, saber a verdadeira notícia sobre o que está se passando. (...) ⁶³.

Sem cair em generalizações, podemos afirmar que uma banca podia virar um espaço das posições ideológicas e ativismo político dos proprietários, algo parecido com o que se dava também em livrarias (Mollo, 2022, p. 23). Até a disposição de jornais e revistas e a organização interna e externa da banca, feitas pelo jornaleiro, são capazes de pautar clientes e leitores (Chagas, 2013, p. 25). A “arrumação” dos jornais alternativos, com suas manchetes chamativas e críticas, por vezes colocados intencionalmente nas prateleiras da frente das bancas ou nos expositores externos (os chamados displays), ao lado de publicações da grande imprensa, poderia despertar a atenção de clientes e transeuntes para uma questão política ou abrir-lhe outras perspectivas sobre o que se passava no País. No vai e vem das multidões, indivíduos se aglomeravam em frente as bancas para ver as manchetes dos periódicos expostos ou dependurados, nos intervalos do trabalho e da escola, ou na espera por algum serviço médico ou bancário, comentando com algum desconhecido as últimas da política ou do futebol...

Lúcia Mollo, em reflexão sobre as livrarias, mas que pode ser extensivamente aplicada às bancas de jornais, afirma que a relação entre livreiro/jornaleiro e clientes forma-se a partir de identificações e pode vir a criar laços ainda mais profundos com o passar do tempo (Mollo, 2022, p. 39). Dessa forma, as bancas, mesmo as de menor movimento, para além do papel comercial, são espaço de conversações e sociabilidades, como centros de uma rede de relações sociais estabelecidas entre os jornalheiros e seus fregueses e

⁶³ Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornalheiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020. No começo dos anos 80, os jornalheiros fundaram uma associação em Fortaleza, transformada em sindicato em 1985. Com a projeção nas lutas em favor de sua categoria, Francisco Pereira filiou-se ao PT e disputou uma vaga para a Câmara de Vereadores em 1988, ficando na primeira suplência.

destes entre si (Chagas, 2013, p. 215). Não surpreende, portanto, que jornalheiros e clientes mais próximos, por vezes, debatessem sobre temas políticos de seu tempo, talvez despertando a atenção de um ou outro freguês que eventualmente buscasse alguma revista ou jornal. Contou-nos Francisco Pereira:

Eu tinha, e ainda tenho, uma clientela muito variada, e eu prefiro, muitas vezes, me restringir a determinados assuntos, para não criar polêmica, porque estou aqui para atender os clientes e disso que depende a banca. Lógico que, quando tem algumas pessoas, de meu conhecimento, que sei o que pensam, que pensam parecido comigo, a gente faz uma discussão política. Juntava algumas pessoas e a gente trocava umas ideias (...)⁶⁴.

Em outros termos, as bancas de jornais poderiam ser um espaço de debates, trocas e circulação de ideias. Viravam uma espécie de “fórum de discussão aberta” ou, como diz Viktor Chagas, as bancas eram, por excelência, locais do “falatório” e da “fofoca”, difundindo informações (2013, p. 19). “O burburinho que se forma de comentadores das manchetes ao redor das bancas não só desperta mais passantes para a importância da notícia, como gera um circuito de informação oral que se propaga através da fofoca e do falatório” (Chagas, 2013, p. 215).

Não surpreende, assim, que a ditadura tenha dado alguma atenção às bancas, fosse pelo aspecto moral, proibindo e até prendendo jornalheiro por venderem revistas eróticas⁶⁵, fosse pela atuação crítica que jornalheiros poderiam apresentar. A politização destes talvez ajude a entender a preocupação de um promotor do Rio de Janeiro, Rafael Gesário, “orientando” os donos de bancas a não irem a um ato ocorrido naquela cidade contra os atentados⁶⁶, possivelmente, por temer ataques que integrantes da categoria pudessem fazer ao regime ou que eles instigassem ainda mais críticas ao desleixo das autoridades e do governo Figueiredo em apurar os atos terroristas. Em Goiânia, houve acusações de que o presidente de associação de jornalheiros de Goiás, João Bosco Pinto de Oliveira, seria um colaborador dos órgãos de repressão, chamando a atenção seu “excessivo zelo” para que as bancas de jornais não vendessem mais publicações da imprensa alternativa em meio à onda terrorista. Bosco teria

⁶⁴ Francisco Pereira Silva, proprietário de banca de jornal no centro de Fortaleza, ex-presidente do Sindicato dos jornalheiros do Ceará, entrevistado a 30/09/2020.

⁶⁵ Jornal do Brasil, 06/08/1980.

⁶⁶ O Povo, 12/08/1980.

coagido, nesse sentido, o proprietário da Banca Aquarius, Olívio de Lima, o último da cidade que ainda insistiu em negociar os jornais no início de agosto de 1980⁶⁷.

Dessa forma, os ataques à bomba podem ser percebidos por outras perspectivas, não restritas apenas ao fato de as bancas serem pontos de venda de publicações de esquerda (e de revistas eróticas). Os atentados, genericamente, atingiam a condição das bancas como meio de difusão de ideias e espaço de debates e críticas, na medida em que intimidavam os jornalheiros e fregueses. Ou seja, a “censura armada” realizada pelos extremistas de direita inibiu não apenas a circulação e distribuição dos jornais alternativos, mas também o papel das bancas como locais de “falatórios”, de críticas à ditadura e de socialização e politização das pessoas, práticas que não podem ser desconsideradas como de alguma importância para uma sociedade que abraçava cada vez mais o consenso em torno da democracia. O medo das bombas não apenas implicava nos jornalheiros deixarem de negociar e expor os nanicos, mas, igualmente, desestimulava as “rodas de conversas” nas bancas, o “falatório” dos fregueses e transeuntes e, por extensão, a circulação de informações e a formação crítica dos indivíduos.

Conclusão

O processo de abertura da ditadura civil-militar, marcado por vários embates, teve nos atentados realizados por extremistas de direita um de seus complicadores. Fossem indivíduos agindo só ou grupos extremistas, os atentados a bomba contra igrejas, sindicatos, entidades de classe, etc. tiveram enorme impacto junto à sociedade, gerando uma onda de medo e insegurança e fazendo aumentar as dúvidas se o regime dos generais chegaria ao fim.

Entre os alvos das bombas da extrema-direita, estavam as bancas de jornais, um negócio em expansão no Brasil dos anos 1970/80, acompanhando o crescimento da indústria cultural, os meios de comunicação e o incremento do setor editorial e gráfico. O fato de as bancas venderem revistas tidas como eróticas/pornográficas e jornais da chamada imprensa alternativa/nanica tornou os jornalheiros alvos dos ataques dos grupos terroristas que agiam no País contra

⁶⁷ Jornal do Brasil, 06/08/1980.

a abertura. As revistas “indecentes” corrompiam a sociedade e os periódicos não passavam de propaganda “subversiva”, entendiam os mais radicais de direita, fossem civis ou militares.

Neste artigo, buscamos ampliar essa compreensão e mostrar que as bancas tinham outros aspectos que irritavam os grupos conservadores. Os jornalistas atuavam como mediadores culturais das relações entre jornais e consumidores, em um processo no qual formavam a si e a outras pessoas em termos políticos e ideológicos. Através do contato, manuseio e leitura das publicações que negociavam, os jornalistas entravam em contato com informações diversas e poderiam se politizar.

Por outro lado, as bancas serviam de espaços para discussões, trocas e circulação de ideias, fosse a partir da exposição de publicações, fosse pelo contato dos jornalistas com os clientes/transeuntes ou destes entre si. Sempre com a preocupação de evitar generalizações, tentamos mostrar que jornalistas se manifestaram contra a ditadura e os atentados terroristas da extrema-direita. Assim, para além da venda dos jornais alternativos, pode-se entender que as ações dos extremistas, no contexto da abertura da ditadura, apresentavam-se como uma pedagogia do medo, no sentido de intimidar e calar os jornalistas e os frequentadores das bancas.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BONANATE, Luigi. Terrorismo político: In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

CHAGAS, Viktor. *EXTRA! EXTRA! Os jornalistas e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios*. 2013, 317f. Tese – Doutorado em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FARIAS, José Airton de. Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na distensão da ditadura civil-militar. *Em Tempo de Histórias*, v. 1, n. 38, p. 148-167, 2021.

_____. A extrema-direita explosiva: anticomunismo e atentados na distensão da ditadura civil-militar. *Locus: Revista de História*, v. 28, n. 2, p. 351–375, 2023.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MOLLO, Lúcia Tormin. *Livrarias e livreiros na ditadura militar brasileira (1964-1985)*. 2022, 209f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

José Airton de Farias

José Airton de Farias é doutor em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a pesquisa *Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79)*, mestre em História Social e bacharel em direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Autor de mais 20 livros didáticos e paradidáticos de história, a exemplo de *História do Ceará* (Armazém da Cultura, 2014). Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0536542035821361>